

Editorial

“Para começar do princípio, é necessário não apenas preservar o passado e a tradição, mas reagir contra a tradição e o passado, a falsa tradição e o falso passado; não apenas sofrer passivamente a nossa história, como até agora temos sofrido, mas fazer história, deliberadamente, como até agora não fizemos”

(Vianna Moog)

Aqui está a RBDR mais uma vez! O segundo número do quinto volume (2017) da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* já se encontra disponível para os seus prezados leitores. Antes, contudo, de se apresentar os artigos que integram esta edição, vão dois breves lembretes.

Um primeiro, sempre mencionado em edições anteriores, diz respeito ao esforço de se fazer da RBDR um espaço de debate interdisciplinar, tão amplo e arejado quanto possível, sobre assuntos relacionados à “questão regional”, em especial, no contexto de formações sociais periféricas. Para ir adiante com esse intento, tem-se buscado publicar artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se, recentes ou “clássicos”, tiverem sido publicados em periódicos não brasileiros), oriundos de diversas áreas do conhecimento, sobretudo, planejamento urbano e regional, geografia, economia, sociologia e ciência política; quando, porém, se aproximarem de “desenvolvimento regional”, considerar-se-ão também contribuições vindas de áreas como arquitetura e urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo.

Outro lembrete: cumpre notar que os artigos e ensaios encaminhados à RBDR podem ser mais teóricos, como também fundar-se em análise empírica; consistir em interpretações e exames para o desenvolvimento regional latino-americano (à frente, o brasileiro) ou relacionar escalas importantes na explicação de distintos processos do desenvolvimento; e, sendo o caso, conferir ênfase aos determinantes causais e destaque à atuação dos agentes e/ou instituições que produzem (ou conduzem à produção de) trajetórias específicas de desenvolvimento no território.

De maneira que, considerando o exposto acima, já se pode afirmar que os nove artigos da presente edição da RBDR, apresentados a seguir, atendem plenamente ao perfil que a tem distinguido até o presente.

O artigo com que principia o atual número do periódico traz o título “Ensino superior e desenvolvimento regional: o exemplo da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB”. Qual é a função social da universidade? E, em especial, da Universidade Estadual da Paraíba? Para Luciano Albino, a UEPB, instituição que completou 50 anos em 2016, se estabeleceu em três grandes orientações: formação de professores, estudos sobre o semiárido e tecnologias aplicadas à saúde. Ela forma pobres, filhos de trabalhadores e trabalhadoras do campo e de pequenos

municípios do interior do Nordeste. Ela também tem importante participação na economia do estado da Paraíba. São, sem lugar à dúvida, indicações significativas da contribuição da educação superior para o desenvolvimento regional.

Em “As vozes do Território do Tocantins no processo de desenvolvimento regional”, o segundo artigo, Nilton Marques Oliveira, Moacir Piffer e Udo Strassburg passam em revista o processo de criação e emancipação do território do estado do Tocantins. A análise se baseia nas percepções dos atores-chave nesse processo, isto é, os representantes das instituições e organizações econômicas, sociais e políticas do Tocantins. Os principais resultados da pesquisa sugerem que o mais novo estado da federação passou por um longo processo de separação entre o sul e o norte de Goiás. Investimentos em infraestrutura básica possibilitaram a geração de novos postos de trabalho. Mas, a maioria dos municípios tem sua base produtiva apoiada na economia de subsistência e baixo poder de consumo.

No artigo seguinte, “Quem ganha e quem perde? Um ensaio comparativo entre a Região Sul do Brasil e o Canadá sobre a dinâmica do emprego industrial”, Isabela Barchet, Jandir Ferrera de Lima e Alberto Alves da Rocha propõem-se a refletir sobre “espaços ganhadores e perdedores” em termos de emprego industrial. Os resultados indicam que a movimentação do emprego industrial, na Região Sul do Brasil, dissolveu a exclusividade das regiões metropolitanas na alocação do emprego, permitindo uma especialização maior do espaço na indústria de transformação e o surgimento de microrregiões industriais de médio porte. Já no Québec, verificou-se que o emprego industrial continua concentrado nas regiões onde foram observadas as primeiras incidências em relação às concentrações industriais.

No quarto artigo, “O mapa dos conflitos ambientais em Minas Gerais”, Klemens Augustinus Laschefski resgata o processo da construção do *mapa* e os seus pressupostos teórico-metodológicos. É conferido especial destaque às diferenças entre o mapeamento de lutas sociais e a cartografia social, assim como ao desenvolvimento da abordagem do “conflito ambiental” com base em exemplos práticos de embates relativos a hidrelétricas, acesso à água no espaço urbano, incineração de lixo hospitalar, monoculturas, entre diversos outros. O objetivo era criar um observatório interativo de conflitos ambientais para facilitar a troca de experiências entre grupos sociais que lutam por justiça ambiental e para introduzir princípios da equidade ambiental nos processos de planejamento.

No artigo seguinte, “A construção de um território rural sustentável em Santa Catarina”, Thaise C. Guzzatti, Raquel Panke e Carlos A. C. Sampaio analisam as principais estratégias adotadas para a construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável em um território rural deprimido de Santa Catarina. O território em questão, conhecido como Encostas da Serra Geral, é marcado pela presença de pequenos agricultores familiares que, nas décadas de

1980 e 1990, se dedicavam ao cultivo do fumo e à queima da Floresta Atlântica para fabricação de carvão vegetal. Em meados dos anos 1990, um grupo de lideranças passou a formular alternativas que, em consequência, permitiram mudar os rumos do território e de parte dos agricultores e agricultoras nele inseridos.

Em “Desenvolvimento e acidentes de trabalho no meio rural de Santa Catarina”, sexto artigo deste número da RBDR, Sergio Begnini e Lirane Eliza Defante Ferreto Almeida procuram estimar a correlação entre o grau de desenvolvimento rural e o número de acidentes de trabalho na área rural das microrregiões de Chapecó, Concórdia e Xanxerê, no estado de Santa Catarina, no período de 2008 a 2013. Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem quantitativa e natureza aplicada. O estudo reúne evidências segundo as quais a ocorrência de acidentes de trabalho influencia negativamente o desenvolvimento daquelas microrregiões, requerendo a melhoria das condições de trabalho no meio rural catarinense.

Indaia D. Lopes, Airton A. Mueller, Denize Grzybovski, Dedilhana L. M. Hubner e David Basso assinam o artigo “Programas de inclusão social e redução da pobreza: o caso “Próspera” (México) e o “Grameen Bank” (Bangladesh)”. Trata-se de uma análise da contribuição de programas de inclusão social para a redução da vulnerabilidade social e o incremento de renda da população. O estudo em questão apresenta evidências de que tanto o programa de inclusão social “Próspera” quanto o “Grameen Bank” têm contribuído para a redução da vulnerabilidade social e o incremento da renda dos beneficiados. Contudo, os seus resultados estão condicionados às questões de contexto e dependem de ações integradas e programas complementares.

No oitavo artigo, “Políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária no Nordeste brasileiro”, Vitoria Maria Serafim examina a efetividade das políticas públicas voltadas para o incentivo e o desenvolvimento do associativismo da aquicultura no município de Ibicuitinga/Ceará, na percepção dos beneficiados. Políticas públicas têm sido adotadas para promover associativismo e cooperativismo, visando combater a pobreza e a exclusão social. Neste artigo foi pesquisado o caso da Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, constituída por 46 membros, contemplada por políticas públicas para incentivar e desenvolver o associativismo da aquicultura. Os resultados são positivos quanto ao associativismo, mas problemáticos quanto à contribuição para o desenvolvimento local.

O último artigo – “Capital social e desenvolvimento econômico: um estudo bibliométrico” – é assinado por Munique Rech, Roberto Clamer, Sandra Regina Isoton Terribile e Janaina Macke, que se colocaram o objetivo de analisar a produção acadêmica sobre a relação entre capital social e desenvolvimento econômico, bem como os principais autores que tratam o assunto, como evoluíram no tempo e seus desafios. A pesquisa revelou 76 artigos, 16 dos quais foram escolhidos a partir do critério de livre acesso (os demais tinham o acesso

restrito ao pagamento monetário). A análise da produção acadêmica indicou que esses temas começaram a ser tratados conjuntamente no ano de 2011, tendo o seu ápice em 2016, o que revela ser um assunto bastante recente.

Por fim, fazem-se breves comentários sobre algumas publicações vindas à superfície ao longo de 2017, que, talvez, também possam interessar aos prezados leitores da RBDR.

Antes de concluir este editorial, cabem ainda duas rápidas observações. A primeira consiste em um especial agradecimento aos integrantes do conselho editorial e pareceristas que avaliaram os originais publicados nesta edição. A segunda é um convite para que todos aqueles ligados à revista (integrantes do conselho editorial, articulistas, leitores...) continuem contribuindo para que a RBDR permaneça cumprindo o que tem prometido – ou seja: que ela constitua espaço de debate interdisciplinar qualificado sobre temas relativos à “questão regional”. O propósito é que a comunidade dos que a ela já estão ligados possa continuar sendo ampliada.

Então, excelente leitura. E até o próximo número!

Ivo M. Theis

Editor